

ANÁLISE DO REUNI E SEUS IMPACTOS NA UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS (2007–2017)

Jardel Batista Soares¹

Lisley L currary Nascimento Souza²

RESUMO

O Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI), implantado em 2007 pelo governo federal, objetivou criar condições para a ampliação do acesso e permanência na educação superior, em nível de graduação, através de melhor aproveitamento da estrutura física e de recursos humanos existentes nas Universidades Federais. A presente pesquisa analisou o REUNI na Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), expondo os impactos do programa na Instituição. O estudo se torna relevante ao propor avaliar o Programa e seus impactos na referida instituição, no incentivo à expansão (quantitativo) e à reestruturação (qualitativo) da educação superior no Brasil, diante do diagnóstico que apresentava o ensino universitário federal antes de 2007. Portanto, o objeto deste trabalho é o REUNI, delimitado a UFMG, no período de 2007 a 2017. A pesquisa é de natureza básica e do tipo exploratória e descritiva. A técnica de pesquisa foi documental, de levantamento e revisão bibliográfica. As fontes foram Leis e Decretos do governo federal, Relatórios de Gestão Institucional, Resoluções, Regimentos, Atas do Conselho Universitário, dados estatísticos do Sistema Integrado de Gestão Acadêmica (SIGA) e do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP). Observa-se que houve uma expansão e reestruturação qualitativa e quantitativa na UFMG, de forma satisfatória. No entanto, conclui-se que há um aumento na evasão e diminuição nas taxas de concluintes de graduação. Entende-se a necessidade de consolidação dos novos cursos de graduação e uma reestruturação nas metodologias de ensino.

PALAVRAS-CHAVE: Ensino Superior. REUNI. UFMG. Impactos.

¹ Mestre em Educação (UFVJM). Assistente em Administração da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), campus do Instituto de Ciências Agrárias, Montes Claros, Minas Gerais. E-mail: jardelhist@yahoo.com.br

² Graduada em Gestão Pública (UNOPAR). Assistente em Administração da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), campus do Instituto de Ciências Agrárias, Montes Claros, Minas Gerais. E-mail: llourrary@yahoo.com.br

ANALYSIS OF REUNI AND ITS IMPACTS AT THE FEDERAL UNIVERSITY OF MINAS GERAIS (2007-2017)

ABSTRACT

The Program to Support Federal University Restructuring and Expansion Plans (REUNI), implemented in 2007 by the federal government, aimed to create conditions for the expansion of access and permanence in higher education, at undergraduate level, through a better use of the existing physical structure and of human resources at Federal Universities. The present study analyzed REUNI at the Federal University of Minas Gerais (UFMG), exposing the impacts of the program at the Institution. The study becomes relevant when proposing to evaluate the Program and its impacts on the referred institution, on the incentive to expansion (quantitative) and restructuring (qualitative) of higher education in Brazil, in view of the diagnosis presented by federal university education before 2007. Therefore, the purpose of this study is the REUNI, delimited to UFMG, in the period from 2007 to 2017. The documentary, survey and bibliographical review research is basic in nature, exploratory and descriptive. The sources were the Federal Government Laws and Decrees, Institutional Management Reports, Resolutions, Regimes, University Council Minutes, Statistical Data of the Integrated Academic Management System (SIGA) and the National Institute of Studies and Educational Research Anísio Teixeira (INEP). It was observed that there was a qualitative and quantitative expansion and restructuring at UFMG, in a satisfactory way. However, it is concluded that there is an increase in university dropout and decrease in graduation student rates. It is understood the need to consolidate new undergraduate courses and to restructure teaching methodologies.

KEYWORDS: Higher Education. REUNI. UFMG. Impacts.

1 INTRODUÇÃO

O Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI) foi instituído pelo Decreto nº 6.096, de 24 de abril de 2007, com o fim imediato de aumentar as vagas de ingresso e propiciar a diminuição nas taxas de evasão nos cursos presenciais de graduação.

O REUNI objetivou criar condições para a ampliação do acesso e permanência na educação superior, em nível de graduação, através de melhor aproveitamento da estrutura física e de recursos humanos existentes nas universidades federais. Sua implantação e execução foram definidas para um período de cinco anos (2008-2012).

O objetivo da presente pesquisa é analisar o REUNI na Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), expondo os impactos do programa na Instituição (2007-2017). A temática abordada é a Gestão Pública nas Universidades Públicas, passando pelas políticas públicas.

Com a criação e expansão de Instituições Federais de Ensino Superior (IFES), houve por parte do Governo Federal um investimento de mais de R\$ 9.000.000.000,00 (nove bilhões de reais) na educação superior, das vagas na rede federal de ensino superior, na interiorização desse nível de ensino em regiões escassas de desenvolvimento econômico e social e na oferta de oportunidades de estudo para estudantes que residem fora dos grandes centros urbanos.

Com o final do Programa em 2012, este estudo apresenta relevância por se propor a analisar e discutir as metas apresentadas pelo Programa e como, de fato, ocorreu sua implantação e execução, descrevendo os impactos na Instituição em estudo.

O problema da presente pesquisa é: quais foram os impactos do REUNI na UFMG? A hipótese levantada é de que a instituição em análise está cumprindo as metas globais do Programa.

A metodologia da pesquisa é de natureza básica³ e os objetivos são exploratórios e descritivos. As técnicas de pesquisa são documental, revisão bibliográfica e levantamento de dados. O recorte temporal foi entre 2007, quando teve início a execução do Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI), e 2017, ano escolhido para apresentação dos impactos do Programa.

³ Objetiva gerar conhecimentos, úteis para o avanço da ciência, sem aplicação prática prevista. Envolve verdades e interesses universais. (GERHARDT, T. E.; SILVEIRA, D. T., 2009, p. 34).

A coleta de dados foi realizada em documentos internos da instituição, como Resoluções, Atas, Regimentos e Relatórios de Gestão e material bibliográfico de autores que escreveram sobre a história da educação superior no Brasil, o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI) e dados estatísticos do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP) e do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

2 O PROGRAMA DE APOIO A PLANOS DE EXPANSÃO E REESTRUTURAÇÃO NAS UNIVERSIDADES FEDERAIS (REUNI)

Durante o governo do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva, a partir de 2003, há uma ação contra a crise pela qual estava passando o ensino superior público no Brasil. O governo federal cria grupos de trabalho para elaborar relatórios com o propósito de traçar planos de ação, visando à expansão e à reestruturação das universidades. Algumas ações são tomadas ao longo do período de 2003 a 2007, tanto para as instituições públicas de ensino superior quanto para as instituições privadas. Este período ficou conhecido como a primeira fase de expansão das IFES pelo país. Sua segunda fase foi entre 2008 e 2012 através do REUNI (BRASIL, [2007a]).

Diante das reivindicações da sociedade para renovação e desenvolvimento da educação superior pública no país, da necessidade de formação de mão de obra qualificada, com o crescimento da demanda nacional e internacional e sendo uma das ações do Plano de Desenvolvimento da Educação 2007 (PDE), o governo federal publicou o Decreto nº 6.096, de 24 de abril de 2007, que instituiu o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI) (BRASIL, [2007a]).

Segundo o PDE, o REUNI tem como fim imediato o aumento das vagas de ingresso e a diminuição nas taxas de evasão nos cursos presenciais de graduação. Atendendo às reivindicações da Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino (ANDIFES) e de outros seguimentos, o REUNI busca aumentar o investimento na educação superior, para melhoria nos indicadores das IFES e ampliação de um milhão de vagas em nível de graduação. Com o aumento de vagas, abriram-se as portas para acesso das classes inferiores ao ensino superior, que necessitavam de apoio

financeiro para sua manutenção. Dessa forma, o Plano Nacional de Assistência Estudantil (PNAES) consolida o REUNI (BRASIL, [2007a]).

O REUNI objetivou criar condições para a ampliação do acesso e permanência na educação superior, em nível de graduação, através de melhor aproveitamento da estrutura física e de recursos humanos existentes nas universidades federais. Sua implantação e execução foram definidas para um período de cinco anos (2008-2012).

O Decreto nº 6.096/2007 trazia em seu artigo 2º as diretrizes do Programa, das quais se destacam:

I – Redução das taxas de evasão, ocupação de vagas ociosas e aumento de vagas de ingresso, especialmente no período noturno; II – Ampliação da mobilidade estudantil, com a implantação de regimes curriculares e sistemas de títulos que possibilitem a construção de itinerários formativos, mediante o aproveitamento de créditos e a circulação de estudantes entre instituições, cursos e programas de educação superior; III – Revisão da estrutura acadêmica, com reorganização dos cursos de graduação e atualização de metodologias de ensino-aprendizagem, buscando a constante elevação da qualidade; IV – Diversificação das modalidades de graduação, preferencialmente não voltadas à profissionalização precoce e especializada; V – Ampliação de políticas de inclusão e assistência estudantil; e VI – Articulação da graduação com a pós-graduação e da educação superior com a educação básica (BRASIL, 2007c, p. 1-2).

“A meta global do programa era a elevação gradual da taxa média de conclusão dos cursos de graduação para noventa por cento e da relação de alunos de graduação em cursos presenciais por professor para dezoito, ao final de cinco anos” (BRASIL, 2007b, p. 4).

A Taxa de Conclusão de Graduação (TCG), segundo as Diretrizes Gerais do REUNI, “[...] resultará de uma administração eficiente das vagas ociosas, facilitada pela flexibilidade curricular e um favorecimento da mobilidade estudantil entre cursos e instituições diferentes, com aproveitamento de créditos” (BRASIL, 2007a, p. 4). Assim, a TCG será a relação entre o total de diplomados nos cursos de graduação presencial (DIP) num determinado ano e o total de vagas oferecidas pela instituição (ING5) cinco anos antes. A fórmula resultante é: $TCG = DIP/ING5$.

A Relação de Alunos por Professor (RAP) foi baseada no Art. 57 da Lei 9.394 de 1996, que instituiu as Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB). O Art. 57 determina que a carga horária mínima do professor é de 20 (vinte) horas semanais em

sala de aula, com 40 (quarenta) alunos. Para determinar 18 (dezoito) alunos por professor, deve-se seguir o seguinte cálculo:

Tendo por base um curso de graduação com 3.000 (três mil) horas, valor médio a partir da resolução nº 2, de 18 de julho de 2007, do Conselho Nacional de Educação (CNE), com duração de 09 (nove) semestres, ou seja, 4,5 (quatro vírgula cinco) anos, e onde cada semestre possui 15 (quinze) semanas, têm-se que $[(3.000 \text{ horas} / 9 \text{ semestres}) / 15 \text{ (quinze) semanas}] = 22,2 \text{ horas semanais}$. Se cada professor ministra 10 (dez) horas semanais = 2,2 professores. Assim, a Relação Aluno Professor foi obtida por meio da equação $(40 \text{ alunos por sala} / 2,2 \text{ docentes}) \cong 18 \text{ alunos}$ (WESKA, 2012, p. 28).

Para cumprimento das metas descritas acima, o MEC destinará recursos financeiros às instituições participantes do programa, diante de cada proposta encaminhada ao órgão.

2.1 BREVE HISTÓRICO DA IMPLANTAÇÃO DO REUNI NA UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS

A Universidade Federal de Minas Gerais foi criada por meio da Lei Estadual nº 956, de 7 de setembro de 1927, a princípio denominada Universidade de Minas Gerais (UMG), em lembrança aos pensamentos surgidos no movimento de caráter emancipador dos inconfindentes mineiros. A UFMG foi a segunda Universidade consolidada criada no Brasil, sendo que a primeira foi a Universidade do Rio de Janeiro (URJ), em 1920.

A instituição é reconhecida mundialmente pela qualidade do ensino, tendo alcançado em 2017 o 1º lugar no Ranking Universitário Folha em Minas Gerais e o 4º lugar no Ranking Universitário Folha no Brasil.

Segundo o Relatório de Gestão,

[a] UFMG tem objetivos precípuos da geração, do desenvolvimento, transmissão e aplicação de conhecimentos por meio do ensino, da pesquisa e da extensão, indissociáveis entre si e integrados na educação do cidadão, na formação técnico-profissional, na difusão da cultura e na criação filosófica, artística e tecnológica. Este papel fundamenta-se nas disposições do art. 207 da Constituição Federal, sendo balizada pelas disposições da Lei 9.394/96, Lei de Diretrizes e Bases da Educação (UFMG, 2016, p. 9).

A fim de atingir seus objetivos institucionais, a UFMG precisaria do apoio financeiro do governo federal. Com a publicação do Decreto nº 6.096, de 24 de abril de 2007, as instituições de ensino superior públicas federais interessadas poderiam submeter um projeto para aprovação do Conselho Universitário e posteriormente encaminhá-lo ao MEC. Após a elaboração da proposta de adesão da UFMG ao REUNI, o documento foi submetido ao Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (CEPE), no mês de outubro de 2007, aprovado e posteriormente encaminhado ao Conselho Universitário, onde foi aprovada a adesão da UFMG ao REUNI, que iria encaminhar a proposta ao MEC, sendo iniciadas as atividades a partir do primeiro semestre de 2008 (UFMG/CONSU/ATA, 2007c).

2.2 OS RESULTADOS DA IMPLANTAÇÃO E EXECUÇÃO DO REUNI NA UFMG

A seguir serão descritos os resultados do REUNI na UFMG, em relação às metas globais e às diretrizes gerais do Programa para as quais a Universidade deu maior ênfase.

2.2.1 A Taxa de Concluintes de Graduação (TCG) na UFMG (2007-2014)

A sistemática adotada pelo Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais – REUNI estabelece que a Taxa de Conclusão dos Cursos de Graduação Presenciais (TCG) é a expressão da relação entre o total de diplomados nos cursos de graduação presenciais (DIP), em um determinado ano, e o total de vagas de ingresso oferecidas pela instituição cinco anos antes (ING5). Dessa forma, a fórmula aplicada ao cálculo da Taxa de Conclusão dos Cursos de Graduação Presenciais (TCG) é a que segue: $TCG = DIP/ING5$. (UFMG, 2015b, p. 117-118).

O REUNI propunha que após cinco anos de implantação do Programa, as instituições de ensino superior atingissem gradualmente a taxa de 90% de concluintes de graduação. Em 2007 a UFMG tinha em média uma taxa de 85% de concluintes. Conforme a Tabela 1, observa-se que, com a ampliação de vagas nos cursos de graduação presenciais, a TCG diminuiu para 82% em 2012 e para 63% em 2014.

Tabela 1 – Taxa de Concluintes de Graduação (TCG) nos cursos de Graduação presenciais da UFMG (2007-2014)

Período de referência	Vagas iniciais	Concluintes	TCG	
			Ano	Taxa
2007-2011	4.674	4.039	2011	86%
2008-2012	4.714	3.871	2012	82%
2009-2013	6.020	3.920	2013	65%
2010-2014	6.670	4.225	2014	63%

Fonte: UFMG, 2015b, p. 118 (adaptado).

No documento que consubstancia a proposta de adesão ao referido Programa, a UFMG assume o compromisso de alcançar o índice de 90% de conclusão mediante a adoção de duas medidas: a) a remodelação das metodologias de ensino, que permitiria um melhor apoio aos estudantes com dificuldades de aprendizagem, sobretudo no início do curso; b) a alteração do mecanismo de provimento de vagas remanescentes (UFMG, 2015b, p. 129).

Pontua-se que a UFMG propunha atingir a meta de 90% de alunos diplomados em 2017. Mas, conforme pode ser observado na Tabela 1, foram alcançadas taxas decrescentes de conclusão de curso, o que exigiria, conforme o Relatório da Comissão Permanente de Avaliação, uma análise mais detalhada:

a) dos impactos decorrentes das ações voltadas à remodelação das metodologias de ensino, empreendidas entre os anos de 2008 e 2012, que orientaram investimentos dirigidos à criação de equipes didáticas, à formação docente e à produção de material didático; b) das situações motivadoras de evasão ou de retenção do fluxo de alunos (reprovados, trancamentos parciais, trancamentos totais, abandono), associados ou não à organização didática dos cursos; c) da influência exercida por afastamentos de estudantes decorrentes de participação em programas de intercâmbio acadêmicos, nacionais e internacionais (principalmente Ciência sem Fronteiras), no retardamento da conclusão do curso; d) da influência exercida pela atual sistemática de provimento de vagas remanescentes no tocante às taxas de conclusão de curso observadas (UFMG, 2015b, p. 130).

Observa-se que a UFMG aponta como motivos para a queda da Taxa de Concluintes nos cursos de graduação a ampliação da mobilidade internacional, o aumento nas taxas de retenção em algumas disciplinas da graduação e a necessidade de consolidação dos cursos criados entre os anos de 2009 e 2011. “Espera-se que a partir de 2018 já tenham praticamente cessado os efeitos transitórios, sendo o número de egressos

desses cursos igual ao que deverá constituir seu regime permanente a partir de então” (UFMG, 2015c, p. 58).

Acrescenta-se que a taxa de concluintes, como meta global do REUNI, foi audaciosa diante da média nacional, que era em 2007 em torno de 70%, cabendo ressaltar que há na metodologia do cálculo uma margem de erro. Evidencia-se a necessidade de diminuição das taxas de evasão nos cursos de graduação da UFMG, para tornar possível o alcance da taxa de concluintes próxima dos 90%.

2.2.2 A Relação Aluno-Professor (RAP) na UFMG (2007 – 2013)

De acordo com o Decreto nº 6.096 de 24 de abril de 2007, que instituiu o REUNI, após cinco anos de implantação do Programa, a instituição deveria atingir uma Relação Aluno-Professor nos cursos de graduação presenciais de 18 alunos por professor.

A sistemática de cálculo da relação aluno-professor, no âmbito do Programa REUNI, foi definida a partir da utilização da seguinte fórmula: $RAP = MAT / (DDE - DPG)$. Onde: RAP – Relação aluno-professor; MAT – Matrícula projetada; DDE – Docentes em dedicação exclusiva (tendo por referência de dimensionamento o banco de professores equivalentes estabelecidos por meio da Portaria Interministerial N.º 224 de 23 de julho de 2007; DPG – Dedução da pós-graduação, tendo por referência as dimensões dos programas de pós-graduação, em vista: a) do total de alunos (as) de mestrado (mi) e doutorado (di) matriculados; b) da estimativa de matrícula nesses programas, ajustada pela aplicação de fator de avaliação CAPES (Favi); c) da situação da instituição em relação à média nacional de 1,5 alunos de pós-graduação. (UFMG, 2015b, p. 108).

Tabela 2 – A Relação Aluno-Professor (RAP) nos cursos de graduação presenciais da UFMG (2007-2013)

Variável	Ano de referência		
	2007	2012	2013
Matrícula projetada (a)	24.385	35.133	35.133
Docentes em dedicação exclusiva (b)	2.439,35	2.779,48	2.783,30
- 5% DDE (c)	122,97	138,97	139,17
DPG ^a (d)	666,47	666,63	997,18
Relação aluno de graduação-professor [a/(b-d)]	13,6%	16,63%	19,66%

Fonte: Adaptado de UFMG (2015b, p. 110).

Nota-se conforme a Tabela 2, que a UFMG alcançou em 2013 o percentual de 19,66% da RAP. Esse resultado foi possível diante da ampliação do quadro de docentes em dedicação exclusiva na UFMG, que passou de 2.439 em 2007 para 2.783 em 2013, o que representa um percentual de aumento de 15%. Concomitante a esse crescimento, houve acréscimo de 50% no número de professores com vínculo com a pós-graduação.

2.2.3 Ampliação de vagas nos cursos de graduação presenciais da UFMG (2007 – 2012)

Conforme relatório da Comissão Permanente de Avaliação (CPA/UFMG),

O total de 6.740 vagas iniciais em cursos de graduação presenciais, ofertadas em 2014, configura patamar de oferta alcançado em 2012, ano em que ocorreu a conclusão do processo de ampliação de vagas [...] decorrente da adesão da UFMG ao [...] REUNI, que permitiu o acréscimo de 2066 vagas entre os anos de 2008 e 2012 (UFMG, 2015b, p. 95).

Em 2007 a UFMG ofertava 4.674 vagas no vestibular para os cursos de graduação presenciais. Em 2012 esse número passou para 6.740, conforme Tabela 3, o que representa um aumento percentual de 45%. Na distribuição de vagas por turno de oferta, conforme a Tabela 3, observa-se que houve um crescimento nas vagas para os cursos noturnos de 1.000 (21% do total) em 2007 para 2.245 (33,3% do total) em 2012. Ressalta-se que o REUNI objetivou aumentar o número de vagas, especialmente no período noturno, aproveitando assim a estrutura didática e administrativa já existente.

Tabela 3 – Distribuição do total de vagas iniciais ofertadas em cursos de graduação presenciais, por turno de oferta – UFMG (2007 e 2012)

2007			2012		
Total	Diurno, Matutino, Vespertino e Integral	Noturno	Total	Diurno, Matutino, Vespertino e Integral	Noturno
1.000 (21%)	6.740 (100%)	4.495 (66,7%)	6.740 (100%)	4.495 (66,7%)	2.245 (33,3%)

Fonte: Adaptado de UFMG (2015b, p. 95).

Em relação à ampliação de vagas, a meta geral prevista de 2.101 vagas foi praticamente alcançada, como pode ser observado na tabela 4, com diferença de 1,70% a menos do proposto. Na categoria vagas no período noturno, houve a superação da meta e na categoria das vagas para os cursos diurno, vespertino, integral e matutino houve uma diferença de 2,85% abaixo do previsto.

Tabela 4 – Ampliação de vagas de graduação nos cursos presenciais da UFMG (2007- 2012)

Destinação da vaga	Quantitativo de vagas					
	Total		Noturno		Diurno	
	Previsto	Implantado	Previsto	Implantado	Previsto	Implantado
Expansão	751	781	495	555	256	226
Curso novo	1.350	1.285	940	915	410	370
Total	2.101	2.066	1.435	1.470	666	596
%	(100%)	(98,3%)	(68,3%)	(71,15%)	(31,7%)	(28,85%)

Fonte: UFMG (2015b, p. 96).

A UFMG teve um expressivo aumento na oferta de vagas de 2009 a 2012, proporcionado pelo REUNI. No entanto, em relação à meta do Programa de ampliação de vagas no período noturno, houve o acréscimo de apenas 12,3% no noturno, o que mantém a discrepância na oferta de vagas entre os períodos diurno e noturno.

2.2.4 As taxas de evasão nos cursos de graduação presenciais da UFMG (2007-2012)

Ao aderir ao REUNI, a UFMG propunha a redução das taxas de evasão, que em 2007 eram de 20,73%. Com a ampliação de vagas nos cursos de graduação, a partir de 2009, houve um aumento na taxa de evasão para 22,41%, com uma diminuição em 2010 para 20,79% e em 2011 e 2012 a taxa novamente aumentou.

Em média, no período de 2007 a 2012 houve uma taxa de evasão de 21,24%, o que representa um percentual considerado alto. Nota-se que a UFMG propunha a redução das taxas de evasão com a implantação do REUNI, no entanto, registra-se conforme a Tabela 5, que em 2009 houve a maior taxa de evasão durante o Programa, e manteve-se entre os 20% a 21%. Os motivos para uma taxa de evasão constante podem ser pensados sob diversas perspectivas, havendo necessidade de uma pesquisa mais

detalhada sobre o assunto. No entanto, alguns motivos mais comuns podem ser citados, como a retenção em determinadas disciplinas, dificuldades financeiras e dúvidas quanto à escolha do curso.

Tabela 5 – Taxas de evasão nos cursos de graduação presenciais da UFMG (2007 a 2012)

Ano	2007	2008	2009	2010	2011	2012
Taxa de evasão	20,73%	21,03%	22,41%	20,79%	21,15%	21,38%

Fonte: UFMG. PROGRAD (2017).

Entende-se a necessidade de uma gestão mais efetiva em relação à evasão na UFMG, com a criação de grupos de trabalho, incentivo a trabalhos acadêmicos que estudem e proponham soluções para redução das taxas apresentadas acima. Acrescenta-se que a partir de 2014, a UFMG aderiu ao Sistema de Seleção Unificada (SiSU), que realiza a seleção de alunos para cursos de graduação em IES, utilizando sua nota no Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM). O SiSU, a princípio, proporcionou a elevação das taxas de evasão, visto que, aumentou o deslocamento de alunos oriundos de diversas regiões do país, que após o início do curso apresentavam dificuldades de manutenção, além de dúvidas na escolha do curso.

2.2.5 As vagas ociosas x vagas ocupadas nos cursos de graduação da UFMG (2007- 2012)

A UFMG pretendia ocupar o maior número possível das vagas ociosas a cada ano, com a adesão ao REUNI. Em 2007 foram disponibilizadas 371 vagas para o processo de obtenção de novo título e/ou transferência. Foram ocupadas 305 vagas nos cursos de graduação presenciais, ficando ociosas 66 vagas, sendo 82,3% de ocupação, conforme a Tabela 6.

Tabela 6 – Vagas ociosas x vagas ocupadas nos cursos de graduação presenciais da UFMG (2007-2012)

Vagas	Período-Ano					
	2007	2008	2009	2010	2011	2012
Ociosas	371	460	608	819	1.104	1.708
Ocupadas	305 (82,3%)	253 (55%)	331 (54,5%)	401 (49%)	519 (47,2%)	439 (25,8%)

Fonte: UFMG. DRCA (2017).

Observa-se que de 2008 a 2012 as vagas ociosas aumentaram e o número de vagas ocupadas diminuiu, chegando ao valor crítico de 1.708 vagas ociosas, com apenas 25,8% de vagas ocupadas em 2012.

Conclui-se que a relação de vagas ociosas x vagas ocupadas na UFMG aumentou consideravelmente a partir de 2009, ano de início dos novos cursos de Graduação pelo REUNI, demonstrando a necessidade de intervenções como maior divulgação dos editais de transferência, reopção e obtenção de novo título para a Comunidade interna e externa, buscando a ocupação das vagas ociosas.

2.2.6 Mobilidade Acadêmica Internacional na UFMG (2007-2016)

Conforme a proposta da UFMG ao REUNI, a instituição pretendia ampliar suas vagas na mobilidade internacional, alcançando em 2015, 10% do total de alunos matriculados. O percentual seria ampliado de 2% em 2009, para 4% em 2011, 7% em 2013 e 10% em 2015.

Tabela 7 – Ampliação da Mobilidade Acadêmica Internacional nos cursos de graduação presenciais da UFMG (2007 a 2016)

Modalidade	Período-Ano				
	2007	2013	2014	2015	2016
Internacional	147	1.548	2.819	2.591	1.059

Fonte: UFMG (2007a). UFMG (2015a, p. 26)

Conforme a Tabela 7, nota-se que em 2007 a UFMG possuía 147 alunos em intercâmbio. A partir de 2013 houve um aumento expressivo na Mobilidade

Internacional, com 1.548 alunos estudando no exterior em instituições de ensino superior conveniadas com a UFMG. Em 2014 houve o maior número de alunos em intercâmbio, eram 2.819. Salienta-se que esse crescimento foi influenciado pelo Decreto nº 7.642, de 13 de dezembro de 2011, que criou o Programa Ciência sem Fronteiras (CsF).

Em 2015, ano em que se esperava o alcance da meta de 10% de alunos em intercâmbio, a UFMG atingiu 2.591 discentes, o que representou 8,06% de alunos em intercâmbio em relação ao número total de matriculados. Até este ano a UFMG havia ampliado a quantidade de alunos em intercâmbio, no entanto, a partir de 2016, com os cortes orçamentários pelo governo federal e o fim do Programa CsF, não foi possível manter os índices de estudantes complementando seus estudos no exterior.

2.2.7 Mobilidade Acadêmica Nacional (ANDIFES) na UFMG (2007-2013)

A ampliação da Mobilidade Nacional Estudantil na UFMG foi “tímida”. Conforme Tabela 8, em 2007 havia 32 alunos em mobilidade, chegando a 68 em 2012. O maior número de alunos em mobilidade nacional foi em 2011, com 71 alunos.

Tabela 8 – Ampliação da Mobilidade Acadêmica Nacional nos cursos de graduação presenciais da UFMG (2007 a 2013)

Mobilidade Acadêmica	Período-Ano						
	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013
Nacional	32	...	16	34	71	44	68

Fonte: UFMG (2007a). UFMG (2015a, p. 26).

Nota: (...) Não informado.

Ressalta-se a necessidade de ampliação da mobilidade nacional na UFMG, visto que, em 2013, o número de alunos nessa modalidade não passava de 1% do total de alunos matriculados nos cursos de graduação da Instituição.

2.2.8 Assistência Estudantil na UFMG (2007-2013)

A UFMG apresentou uma proposta de ampliação da assistência estudantil com o REUNI objetivando apoiar os estudantes em situação de vulnerabilidade

socioeconômica, oferecendo-lhes a possibilidade de permanecerem nos cursos até sua conclusão.

Em 2013 a UFMG possuía em média 32.000 (trinta e dois mil) estudantes matriculados em cursos de graduação. Desse total, 6.592 (seis mil, quinhentos e noventa e dois) eram assistidos pela Fundação Universitária Mendes Pimentel (FUMP), divididos em quatro níveis, conforme seu contexto familiar.

Observa-se a necessidade de ampliação das políticas afirmativas pela Instituição, com o propósito de diminuir as taxas de evasão e de trancamento total de matrícula, para assim, elevar as taxas de concluintes nos cursos de graduação.

A instituição precisa do aparato do Estado para dar continuidade ao seu crescimento, combatendo a evasão, ampliando o orçamento para assistência estudantil e expandindo com qualidade o número de profissionais formados na instituição, nas diversas áreas do conhecimento, para o desenvolvimento do país, em especial das regiões historicamente subdesenvolvidas.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A proposta da UFMG ao aderir ao REUNI foi de ampliação de vagas na graduação, especialmente no período noturno, diminuição das taxas de evasão, ampliação da mobilidade nacional e internacional, acréscimo no apoio financeiro aos discentes em vulnerabilidade socioeconômica e articulação entre a graduação e pós-graduação.

Segundo o relatório de gestão de 2014, a Instituição cumpriu mais de 90% (noventa por cento) das metas propostas pelo REUNI.

A meta de 90% de alunos diplomados em relação a cinco anos antes não foi atingida, tendo chegado a 63% em 2015. Pontua-se que a UFMG pretendia, conforme sua Proposta, cumprir essa meta em 2017. Entende-se que a UFMG apresenta uma TCG dentro da média nacional e internacional.

A meta de 18 alunos por professor foi cumprida, com percentual de 19,66% em 2013. Para cumprir essa meta, a UFMG possui, segundo dados do Relatório da Comissão Permanente de Avaliação (2015), mais de 2.700 professores em dedicação exclusiva, aproximadamente 1.000 deles em dedicação na pós-graduação, o que favorece de certa

forma o alcance dessa meta. Pondera-se que, no Brasil, antes da implantação do REUNI, a média nacional da relação aluno/professor era de 11%.

Em relação ao aumento de vagas, a UFMG ampliou o número de vagas ofertadas de 4.674 em 2007 para 6.740 em 2012, um acréscimo de 45%. Essa ampliação de vagas foi dividida em 67% para o período compreendido entre diurno, matutino, vespertino e integral e 33% no noturno.

Paralelo a essa expansão de vagas nos cursos de graduação presenciais na UFMG, houve o acréscimo no apoio aos alunos em vulnerabilidade socioeconômica por meio do PNAEs, administrado pela FUMP. Em 2013 a UFMG possuía em média 32.000 alunos matriculados nos cursos de graduação, dos quais 6.592 eram assistidos em um dos quatro níveis de assistência da FUMP, o que representa um percentual de 21%.

Quanto à mobilidade internacional na UFMG, houve um aumento significativo no período de 2013 a 2015, sendo que neste ano 2.591 alunos estiveram em intercâmbio em diversas instituições estrangeiras parceiras da UFMG, alcançando um percentual de 8% em relação ao total de 32.000 alunos matriculados no período. A meta para esse ano era de 10% de alunos em intercâmbio. Ressalta-se que a partir de 2016 houve diminuição no número de alunos em intercâmbio na UFMG, visto que, houve cortes orçamentários pelo governo federal, além do cancelamento do Programa Ciência Sem Fronteira em abril de 2017, programa que proporcionou a milhares de jovens brasileiros a oportunidade de acrescentar aos seus currículos, estudos em instituições reconhecidas mundialmente.

A mobilidade nacional na UFMG foi “tímida”, com destaque para o ano de 2011, quando 71 alunos da instituição estiveram cursando disciplinas em outras universidades pelo Brasil.

Dentro da análise do REUNI na UFMG, encontra-se um problema complexo: a evasão e as vagas ociosas, não ocupadas pelos processos de transferência, obtenção de novo título e matrícula. A média de evasão na UFMG no período de 2007 a 2012 foi de 21%. Essa taxa encontra-se em processo de ampliação com a adesão da instituição ao Sistema de Seleção Unificada (SiSU), sendo assim necessário ampliação de estudos e medidas que possam subsidiar o combate a esse problema que atinge diversas universidades pelo país.

As políticas públicas são implantadas pelo Estado para atender a uma demanda da sociedade e devem ser discutidos e avaliados seus impactos com os gestores e os

sujeitos envolvidos. Como política pública educacional, o REUNI proporcionou à sociedade a ampliação do acesso à educação superior, em nível de graduação, e criou políticas de permanência para os alunos carentes por meio do PNAEs. Houve a interiorização das IFES, com a criação de vários campi em regiões carentes de ensino superior e de desenvolvimento econômico e social. Isso contribuiu para o desenvolvimento de regiões com escassez de recursos, ampliou a formação de mão de obra qualificada e impactou positivamente na melhoria do ensino, da pesquisa e da extensão em busca de uma universidade mais inclusiva e com qualidade.

Entende-se a universidade pública como campo fundamental para a construção de uma comunidade mais democrática, crítica, com ética e que possa enfrentar os novos desafios do século XXI. A universidade hoje deve ser diversa e de excelência em seu tripé ensino, pesquisa e extensão. O momento atual no Brasil é crítico, com cortes de verbas para as universidades, principalmente após a aprovação da PEC 55, que objetiva conter os gastos públicos durante 20 anos em diversas áreas, incluindo a educação.

Ressalta-se que a presente pesquisa pode contribuir com a Administração Pública através da análise e exposição dos resultados do REUNI na UFMG, levando à reflexão sobre a importância de que a implantação e execução dos planos e projetos pelo governo federal sejam feitos de forma participativa e democrática, com o propósito de colaborar na construção de uma sociedade mais justa, inclusiva e crítica.

Enfim, considera-se importante a continuidade das políticas públicas educacionais providas pelo Estado, através da oferta de educação superior pública de qualidade e da interiorização desse nível de ensino, especialmente em regiões escassas de desenvolvimento econômico e social, a fim de que possam impactar no progresso da população e da região, refletindo em uma sociedade brasileira mais crítica e ética.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Educação. O plano de desenvolvimento da educação: razões, princípios e programas. Brasília: MEC, [2007a]. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/arquivos/livro/livro.pdf>. Acesso em: 2 maio 2018.

BRASIL. REUNI: Reestruturação e Expansão das Universidades Federais: diretrizes gerais. Brasília: MEC, 2007b. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/sesu/arquivos/pdf/diretrizesreuni.pdf>. Acesso em: 3 maio 2018.

BRASIL. Decreto nº 6.096, de 24 de abril de 2007. Institui o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais – REUNI. Brasília: MEC, 2007c. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6096.htm. Acesso em: 1 maio 2018.

GERHARDT, T. E; SILVEIRA, D. T. (Org.). Métodos de pesquisa. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2009.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS. Relatório de gestão 2007. Belo Horizonte: UFMG, 2007a. Disponível em: <https://www.ufmg.br/proplan/wp-content/uploads/Relatorio-2007-versao-final.pdf>. Acesso em: 4 maio 2018.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS. REUNI: projeto final apresentado. Belo Horizonte: UFMG, [2007b]. Disponível em: <http://www.ufmg.br/reuni/>. Acesso em: 5 maio 2018.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS. Relatório de gestão do exercício de 2014. Belo Horizonte: UFMG, 2015a. Disponível em: <https://www.ufmg.br/proplan/wp-content/uploads/Relat%C3%B3rio-de-Gest%C3%A3o-2014-V14-1.pdf>. Acesso em: 6 maio 2018.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS. Comissão Própria de Avaliação. Relatório da parcial de autoavaliação institucional CPA/UFMG. Belo Horizonte: UFMG, 2015b. Disponível em: <https://www.ufmg.br/dai/textos/relatorio-autoavaliacao-institucional-2015.pdf>. Acesso em: 3 maio 2018.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS. Relatório de gestão do exercício de 2015. Belo Horizonte: UFMG, 2016. Disponível em: https://www.ufmg.br/proplan/wp-content/uploads/Relat%C3%B3rio-de-Gest%C3%A3o-2015_retificado-1.pdf. Acesso em: 7 maio 2018.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS. Diretoria de Registro e Controle Acadêmico. Assessoria Acadêmica. Vagas ociosas e vagas ocupadas nos cursos de graduação presenciais da UFMG (2007 – 2012) [mensagem pessoal]. Mensagem recebida por jardelhist@yahoo.com.br em 16 maio 2017.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS. Pró-reitoria de Graduação UFMG. Setor de Estatística. Taxas de evasão nos cursos de graduação presenciais (2007 - 2012) [mensagem pessoal]. Mensagem recebida por jardelhist@yahoo.com.br em 9 fev. 2017.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS. Conselho Universitário. Ata da reunião extraordinária do Conselho Universitário, 25/10/2007. Belo Horizonte: UFMG, 2007c. 54 f.

WESKA, A. R. O Programa REUNI na Universidade Federal de Juiz de Fora. 92 f. 2012. Dissertação (Mestrado Profissional em Gestão e Avaliação da Educação Pública) – Faculdade de Educação, Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2012.